



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE

Tribunal de Justiça - Escola do Poder Judiciário - Coordenadoria da Infância e da Juventude CIJ

Cidadania e Justiça na Escola!



2019

Apoio Institucional



Rede de Proteção
da Infância e
da Juventude

1. APRESENTAÇÃO

A importância do valor da justiça para a formação do cidadão é evidente. A formação para o exercício da cidadania passa necessariamente pela elaboração do conceito de justiça e seu constante aprimoramento. Uma sociedade democrática tem como principal objetivo ser justa, inspirada nos ideais de igualdade e equidade.

Assim, considerando que grande parte da sociedade não detém conhecimento pleno dos seus direitos e deveres bem como desconhece a função institucional do Poder Judiciário, o Tribunal de Justiça definiu como ação social, dentre outras, a implementação da sexta edição do Projeto CIDADANIA E JUSTIÇA NA ESCOLA, executada pela Coordenação da Infância e da Juventude – CIJ e coordenada pela Escola do Poder Judiciário – ESJUD.

A atuação do Poder Judiciário e de seus membros como auxiliares do processo educativo tem previsão legal no art. 205 da Constituição Federal e nos art. 1º, §2º, e art. 32, I, da Lei nº 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB), vez que participa desses processos formativos que se desenvolvem na vida do cidadão desde sua mais tenra idade.

O Projeto destinado às crianças em idade escolar, prioriza a educação de nossos cidadãos, através de atividades extracurriculares direcionadas à promoção da cidadania mediante a difusão e conscientização de direitos, deveres e valores. Para tanto, contará como apoio institucional da AMB, ASMAC, ministério público do estado do Acre, Rede de Proteção à Infância e Juventude, Município de Rio Branco pela Secretaria Municipal de Educação, com a participação de Magistrados, Promotores de Justiça e Colaboradores, bem como outros parceiros governamentais e não governamentais.

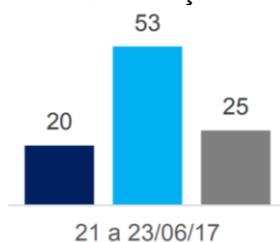
Rio Branco-Ac, 29 de maio de 2019.

2. DO PROJETO E SEUS RESULTADOS

O projeto “Cidadania e Justiça na Escola” foi lançado no dia 17 de maio de 2012 pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre – TJAC em parceria com a Associação dos Magistrados do Acre – ASMAC e a Secretaria Municipal de Educação – SEME para conscientização de crianças sobre democracia, direitos e deveres bem como a estrutura e as atribuições do Poder Judiciário. Ele fazia parte de uma ampla campanha nacional vinculada ao programa “Cidadania e Justiça Também se Aprendem na Escola”, formatado originalmente na década de 1990 pela Escola Nacional da Magistratura – ENM e pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

O sucesso alcançado desde 2012 o credenciou a ser institucionalizado como programa social do TJAC. Contribuiu para que sucessivas edições fossem sendo realizadas, aumentando com o passar dos anos o número de entidades parceiras, e proporcionando resultados muito positivos não apenas para o desenvolvimento da cidadania nas crianças atendidas como para o TJAC e as instituições envolvidas.

Figura 1 - Grau de Confiança no Poder Judiciário



Fonte: Data Folha¹

A Pesquisa “Confiança nas Instituições 2017” do Datafolha, por exemplo, aponta duas percepções sociais acerca do Poder Judiciário: a primeira, que o “Poder Judiciário, de forma geral, é muito confiável para 20%, um pouco confiável para 53%, nada confiável par 25%, e 2% não têm opinião a respeito”; a segunda de que “A maior parcela dos brasileiros adultos (93%) tem opinião que a Justiça brasileira não age de forma igual para todos”.

O enfrentamento dessa questão é essencial para a melhoria do quadro atual de desconfiança em relação às instituições e suas possibilidades de atuar em favor da

¹ <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2017/06/26/0185934f0a2a67acc0088da5d8ab3951.pdf>

sociedade em geral, pois em última análise será ao Poder Judiciário que o cidadão terá que se dirigir para buscar esses direitos.

O Quadro 1 apresenta um resumo dos atendimentos realizados durante todo o período de atuação do programa social “Cidadania e Justiça na Escola” nas escolas municipais de Rio Branco.

Quadro 1 - Demonstrativo de atuação do projeto (2012 a 2016)

Descrição dos atendimentos	2012	2013	2014	2015	2016
Escolas	09	09	14	13	14
Cartilhas distribuídas	1.593	1.160	922	-	-
Crianças atendidas	796	580	-	879	927
Palestras	-	-	48	21	23
Crianças que visitaram o TJAC	-	-	-	916	901
Kit lanches servidores	-	-	-	-	1.320

Fonte: Escola do Poder Judiciário do Acre – ESJUD (Relatório do Projeto)

Conforme se vê do quadro acima, o trabalho desenvolvido pelos inúmeros colaboradores do projeto foram ao longo do tempo criando um círculo virtuoso em torno das escolas, que irradiou para outros bairros vizinhos. Alguns dados não puderam ser lançados por não constarem nos relatórios arquivados.

Foi buscando continuar contribuindo na busca por atenuar esse problema social, que o Poder Judiciário Acreano representado pela Coordenação da Infância e da Juventude – CIJ vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça do Acre – TJAC e pela Escola do Poder Judiciário – ESJUD irão respectivamente, coordenar e executar as ações da 7ª edição do Projeto “Cidadania e Justiça na Escola”, no ano de 2019. Para tanto, contará com o apoio institucional da Rede de Proteção da Infância e da Juventude, da Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco – SEME, do Ministério Público do Acre – MPAC, da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, da Associação dos Magistrados do Acre – ASMAC, entre outros parceiros governamentais e não-governamentais que se dispuserem a colaborar.

O Projeto, destinado às crianças em idade escolar, prioriza a educação de nossos cidadãos, por meio de atividades extracurriculares direcionadas para a promoção da cidadania mediante a difusão e conscientização de direitos, deveres e valores, incluindo encontros e palestras realizados por magistrados, promotores, outros colaboradores da Justiça e a Rede de Proteção da Infância e Juventude.

3. OBJETIVOS

Objetivos Específicos

- **Promover a interação entre o Poder Judiciário, Ministério Público e a sociedade, principalmente a comunidade escolar, permitindo aos Magistrados e Promotores de Justiça aprimorar conhecimento sobre a realidade social, através de inserção qualificada no cotidiano escolar;**
- **Proporcionar aos alunos do 5º ano da rede de ensino público municipal o conhecimento de seus direitos e deveres, da função social da estrutura do Poder Judiciário e Ministério Público, ainda, sobre os modos de acesso à Justiça;**
- **Formar agentes multiplicadores;**
- **Possibilitar pesquisas, leitura, análises e reflexões quanto aos deveres dos cidadãos, sobre ética, cidadania e justiça;**
- **Conscientizar dos direitos e da forma de exercê-los, como complemento do ensino, estabelecendo relações entre conteúdo curricular e atividades institucionais no contexto regimentar democrático brasileiro.**

4. ESCOPO DO PROJETO (O QUE SERÁ REALIZADO)

O que será realizado ou atendido

Implementar ações de continuidade do projeto Justiça e Cidadania na Escola destinado às crianças do 5º ano do Ensino Fundamental das escolas da rede pública de ensino com a participação de Magistrados, Promotores de Justiça e Colaboradores, na comarca de Rio Branco e, demais comarcas, conforme demanda, e parceria com o Ministério Público do Estado do Acre, ASMAC, Prefeitura de Rio Branco através da Secretaria de Educação- SEME e outros parceiros governamentais e/ou não governamentais.

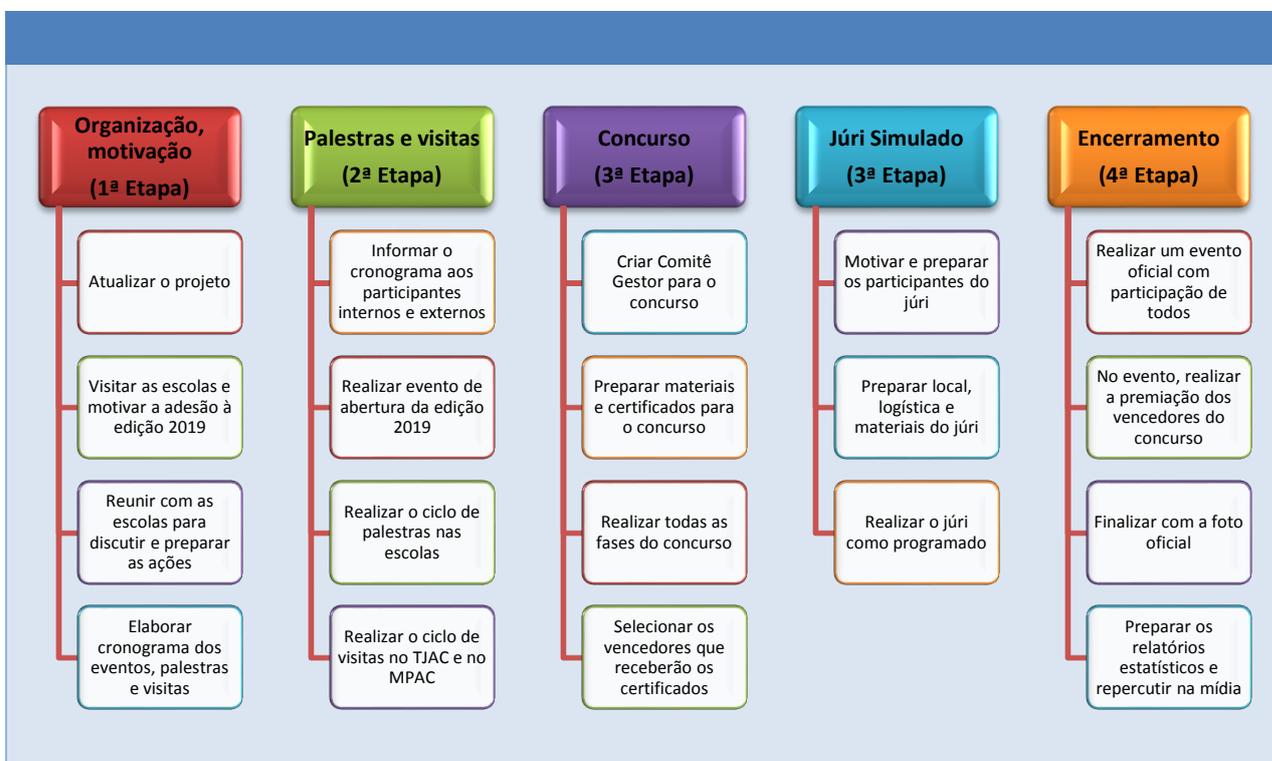
5. ESTIMATIVA DE BENEFICIÁRIOS

Beneficiários	Meta a atingir
Alunos do 5º ano do ensino fundamental, seus professores e familiares.	1.150 alunos

6. PERÍODO DE REALIZAÇÃO

Início	Término
Abril/2019	Novembro/2019

7. DA ESTRUTURA ANALÍTICA DO PROJETO - EAP



8. DESCRIÇÃO DA EAP (O QUE SERÁ REALIZADO):

Descrição

- **Visita às escolas para motivar a adesão à edição 2019;**
- **Reunião preparatória com as escolas para apresentar e discutir as ações da edição 2019;**
- **Elaboração do cronograma de visitas conforme calendário de atividades das escolas;**
- **Elaboração do cronograma de palestras conforme calendário de atividades das escolas;**
- **Informar aos magistrados e promotores participantes do projeto o cronograma de palestras;**
- **Realização de um evento de abertura da edição 2019;**
- **Palestras dos Magistrados e Promotores de Justiça nas escolas participantes;**
- **Visitas dos alunos às Instituições (Tribunal de Justiça e Ministério Público);**
- **Criação de um comitê gestor do concurso de redação;**
- **Produção cultural (concurso de redação) nas escolas;**
- **Planejamento e ensaio do júri simulado;**
- **Realização de um evento de encerramento para a entrega da certificação, premiação dos alunos classificados no concurso de produção cultural e foto oficial 2019.**

9. ETAPAS:

9.1. 1ª Etapa: Organização, motivação e multiplicação

Atividades

- **Reunião de alinhamento para a 6ª edição /2019;**
- **Visita ao Prefeito de Rio Branco e Secretário de Educação do Município e Secretário Estadual de Educação para apresentar proposta de continuidade do programa;**
- **Reuniões de trabalho da equipe do programa (ESJUD E CIJ) com a direção e equipe pedagógica das escolas envolvidas para discutir o plano de trabalho 2019 e definir o cronograma de execução ocasião em que será sorteada a escola que participará do júri simulado - reunião preparatória;**
- **Preparação do evento para lançamento da 6ª edição do programa;**
- **Solenidade de lançamento da 6ª edição do projeto com a participação de representantes das escolas envolvidas.**

9.2. 2ª Etapa: Palestras e visitas

9.2.1 Fase 1

Visitas às escolas pelos Magistrados e Promotores de Justiça para realização de palestras, podendo ser utilizado como recurso pedagógico a Cartilha da Justiça em quadrinhos.

Ciclo de palestras dos magistrados e promotores de justiça nas escolas

- **Confirmar com as escolas o cronograma de palestras, previamente, apresentado;**
- **Confirmar com os magistrados, promotores de justiça e colaboradores o cronograma de palestras, previamente, apresentado;**
- **Providenciar e confirmar a logística necessária para a realização da ação (transporte, material de apoio, registro fotográfico e recursos humanos).**

9.2.2 Fase 2

Visita dos alunos e professores a locais do Poder Judiciário e do Ministério Público previamente definidos para conhecerem in loco a estrutura e o funcionamento das instituições executoras do programa.

Ciclo de visitas dos alunos às instituições (Poder Judiciário e Ministério Público)

- **Elaborar o cronograma de visitas;**
- **Definir a logística das visitas monitoradas dos alunos às instituições;**
- **Comunicar, previamente, as unidades que serão visitadas;**
- **Solicitar lanche para os alunos e monitores que participam do projeto que deverá ser servido na ESJUD no encerramento da visita.**

9.3. 3ª Etapa: Júri simulado e produção cultural (concurso):

Júri Simulado

- **Planejamento do Júri Simulado;**
- **Ensaaios do Júri Simulado;**

Produção Cultural (Concurso)

- **Designar o comitê gestor do concurso de redação para definição de critérios para a premiação;**
- **Reunião técnica para definir critérios de avaliação;**
- **Produção e desenvolvimento de redação, poesias, desenhos, entre outros, nas escolas envolvidas no programa;**
- **Reunião para selecionar os melhores trabalhos (redação, desenhos, dentre outros) produzidos pelos alunos durante o desenvolvimento do projeto;**
- **Apresentação de produção cultural (a critério da escola) que deverá ser realizada na unidade escolar.**

9.4. 4ª Etapa: Encerramento

Eventos de encerramento

- Buscar parcerias para o patrocínio da premiação;
- Realizar o evento de encerramento;
- Durante o evento, premiar os melhores trabalhos.

9.5. 5ª Etapa: Avaliação e realimentação

Eventos de encerramento

- Reunião de avaliação da edição de 2019;
- Visitas preparatórias para planejamento da 7ª edição/2020;
- Durante o evento, premiar os melhores trabalhos.

10. IMPACTOS DO PROJETO:

POSITIVO (Se for realizado)

Interação entre o Poder Judiciário, Ministério Público e a sociedade, especialmente a comunidade escolar, proporcionando conhecimentos de seus direitos e deveres, a forma de exercê-los, bem como do papel social e da estrutura do Poder Judiciário e Ministério Público e os modos de acesso à Justiça.

NEGATIVO (Se não for realizado)

Caso o projeto não seja implementado grande parcela da comunidade escolar continuará não detendo conhecimento pleno de seus direitos e deveres, bem como, do papel institucional do Poder Judiciário e Ministério Público. Isso aumentará o distanciamento existente entre a população, Ministério Público e o Poder Judiciário.

11. CRONOGRAMA:

Etapa	Descrição / Meses	A	M	J	J	A	S	O	N
1ª	Organização, motivação e multiplicação	■	■						
2ª	Palestras e visitas		■	■		■	■		
	Fase 1 – Ciclo de palestras		■	■		■	■		
	Fase 2 - Visita dos alunos às instituições					■	■		
3ª	Júri simulado e Produção cultural						■	■	■
4ª	Premiação								■
5ª	Avaliação e realimentação								■

12. ESCOLAS QUE ADERIRAM:

Ord.	Escolas	Endereço
1.	Álvaro Vieira da Rocha	Rua do Estudante, 36, Conquista.
2.	Anice Adib Jatene	Rua Valdomiro Lopes, 1299, Geraldo Fleming.
3.	Aracy Cerqueira	BR 364, KM 17, Vila Custódio Freire.
4.	Carlos Vasconcelos	Rua Boulevard A. Monteiro, 884, Triângulo Novo.
5.	Chico Mendes	Rua Shalon, 468, Santa Inês.
6.	Edílson Façanha	R. Santa Rosa, 46, Conj. Luiz Israel de Lira, Novo Calafate.
7.	Francisco de P. Oiticica Filho	Rua Primavera, 15, Bahia Nova.
8.	Francisco Augusto Bacurau	Rua Sen. Guiomard, 448, Vila Betel.
9.	Frei André Maria Ficarelli	Setor 03, Cidade Do Povo.
10.	Ilka Maria	Rua Melancia, 271, Mocinha Magalhães.
11.	Irmã Maria Gabriela	Rua Minas Gerais, 797, Preventório.
12.	José Potyguara	Rua Benj. Constant, 394, Calafate.
13.	Juvenal Antunes	Rua Aracajú, 345, Conjunto Valdemar Maciel, Calafate.
14.	Leôncio de Carvalho	Rod. AC 40, KM 08, S/N, Vila Acre.
15.	Mariana da Silva	Rua Pe.Carlos Casavechia, S/N, Wanderlei Dantas.
16.	Paulo Freire	Ramal da União, S/N, Belo Jardim 2.
17.	Prof. João Mariano	R. Baguarí, 1883 – Taquarí.
18.	Prof. Ruy Azevedo	Estrada do Amapá, km 05, Ramal do Gurgel.
19.	Theodolina F. Macedo	Rua 10 de Julho, 368, Placas.

12. DA EQUIPE:

12.1. Palestrantes:

Ord	Desembargadores e Juízes
1.	Desa. Regina Célia Ferrari Longuini
2.	Dr. Danniell Bomfim
3.	Dr. Fernando Nobrega

4.	Dr. Giordane de Souza Dourado
5.	Dra .Maria Rosinete
6.	Dra. Andréa da Silva Brito
7.	Dra. Isabelle Sacramento Torturela
8.	Dra. Ivete Tabalipa
9.	Dra. Maha Manasfi
10.	Dra. Thais Queiroz
11.	Dra. Zenice Mota

Ord	Procuradores e Promotores
1	Francisco José Maia Guedes
2	Vanessa de Macedo Muniz

12.2. Colaboradores da rede que estão palestrando no projeto:

Ord	Nome
1	Antônia Paiva – Assistente Social
2	Claudia Di Paoli - SASDH
3	Debora Matos – 1.º Conselho Tutelar
4	Graziele Moraes – 1.º Conselho tutelar
5	Lorena Torres - OAB
6	Luciana D’Avila – 2.º Conselho Tutelar
7	Lucinaira Carvalho – 1.º Conselho Tutelar
8	Maria Rachel Coelho – Servidora do TJ
9	Rosangela Maria Nunes Raulino – Servidora do TJ
10	Sandra Lima – 2.º Conselho Tutelar
11	TC Denílson Lopes - PMAC

12.3. Equipe da Coordenadoria da Infância e da Juventude do Estado do Acre

1	Coordenadora da CIJ – Desembargadora Regina Ferrari
2	Coordenadora Suplente – Juíza Andréa Brito
3	Juízes Designados - José Wagner Freitas Pedrosa Alcântara, Rogéria José Epaminondas, Gustavo Sirena, Marlon Martins Machado, Marcos Rafael Maciel de Souza, Louise Kristina Lopes de Oliveira Santana, Ana Paula Saboya Lima, Joelma Ribeiro Nogueira, Ivete Tabalipa, Isabele Sacramento Torturela e Kamylla Acioli Lins e Silva.
4	Servidores - Maria de Fátima Oliveira Mota, Antônio José Capistana de Brito, Wanderley Nogueira, Kariny Costa Gonçalves, Rutilena Roque Tavares, Alcinelia Moreira de Sousa, Maralice Pereira de Souza
5	Estagiária – Sabrina Castro do Amor Divino.